

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.340.271 - PR (2018/0196449-3)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**AGRAVADO : VALDIVINO FERREIRA BARBOSA**  
**ADVOGADO : AMAURI ANTONIO DE CARVALHO E OUTRO(S) - PR049535**

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, na vigência do CPC/2015, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que inadmitiu, com fundamento na Súmula 7/STJ, o seu Recurso Especial, de acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA. RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA E/OU CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ E/OU DE AUXÍLIO-ACIDENTE. SENTENÇA. IMPROCEDÊNCIA. RECURSO INOMINADO RECEBIDO COMO APELAÇÃO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. PLEITO DE REFORMA DA SENTENÇA. ACOLHIMENTO. CONJUNTO PROBATÓRIO. REDUÇÃO PARCIAL E PERMANENTE DA CAPACIDADE LABORATIVA. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JUIZ QUE É O DESTINATÁRIO DA PROVA (CPC/1973, ARTS. 130 E 131). 'O NÍVEL DO DANO E, EM CONSEQÜÊNCIA, O GRAU DO MAIOR ESFORÇO, NÃO INTERFEREM NA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO, O QUAL SERÁ DEVIDO AINDA QUE MÍNIMA A LESÃO'. ORIENTAÇÃO EMANADA DO RECURSO ESPECIAL Nº 1.109.591/SC, JULGADO SOB O CRIVO DE RECURSO REPETITIVO (CPC/1973, ART. 543-C) PELO STJ. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE (LEI Nº 8.213/91, ART. 86). BENEFÍCIO DEVIDO A PARTIR DA CESSAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA (LEI Nº 8.213/91, ART. 86, § 2º). SEGURADO ESPECIAL. TRABALHADOR RURAL. EQUIPARAÇÃO ENTRE TRABALHADORES URBANOS E RURAIS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE, AINDA QUE ANTERIOR AO ADVENTO DA LEI Nº 12.873/2013. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTA CORTE. ATUALIZAÇÃO DAS VERBAS EM ATRASO. FAZENDA PÚBLICA. APLICAÇÃO DO ART. 1º-F, DA LEI Nº 9.494/97, COM A REDAÇÃO DADA PELO ART. 5º, DA LEI Nº 11.960/09, APENAS EM RELAÇÃO AOS JUROS DE MORA.

JULGAMENTO DAS ADI'S. 4.357 E 4.425 PELO PLENÁRIO DO STF. NORMA DECLARADA EM PARTE INCONSTITUCIONAL, POR ARRASTAMENTO. INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA DE FORMA SIMPLES, E NÃO CAPITALIZADA, A PARTIR DA CITAÇÃO VÁLIDA (STJ, SÚMULA 204). SENTENÇA REFORMADA. SUCUMBÊNCIA INVERTIDA. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA" (fls. 249/250e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados, nestes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA. RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA E/OU CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ E/OU DE AUXÍLIO-ACIDENTE. SENTENÇA. IMPROCEDÊNCIA. RECURSO. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA. EMBARGOS. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. MERO INCONFORMISMO DA PARTE COM O PROPÓSITO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE PELA VIA ELEITA. PREQUESTIONAMENTO. AFASTADO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E REJEITADOS" (fl. 286e).

Sustenta a parte ora agravante, no Recurso Especial, fundamentado na alínea **a** do permissivo constitucional, contrariedade ao art. 86, **caput**, da Lei 8.213/91. Argumenta, em síntese, que:

"Trata-se de ação acidentária ajuizada contra o INSS, na qual o autor postulou a concessão do benefício de auxílio-acidente, com fundamento no art. 86 da Lei 8.213/91. A ação foi julgada improcedente no juízo a quo, ante o não preenchimento dos requisitos para gozo do benefício.

De tal decisão, o autor interpôs recurso de apelação, ao qual o TJPR deu provimento, condenando a autarquia à concessão do benefício a despeito de reconhecer a ausência de redução da capacidade específica, como apontado no próprio acórdão.

(...)

O acórdão ora recorrido, julgando o recurso de apelação manejado pelo autor, determinou a concessão de benefício de auxílio-acidente sem a observância dos requisitos legalmente estabelecidos para tanto, ou seja, olvidando da exigência legal de comprovada redução ou perda da capacidade para o trabalho habitual. Com isso, contrariou expressamente o art. 86, **caput**, que prevê a necessidade de configuração de tal requisito para a concessão do benefício em

causa, e o entendimento deste colendo Superior Tribunal de Justiça consolidado no Recurso Especial 1.109.591/SC.

(...)

A matéria versada no presente recurso, qual seja a necessidade de comprovação da redução da capacidade laborativa específica para a concessão do benefício de auxílio-acidente (artigo de lei federal - Lei nº 8.213/91, art. 86, caput), foi amplamente alegada pelo INSS e tratada pelos órgãos julgadores, tanto no 1º grau como no 2º grau, tendo sido inclusive expressamente acolhida pelo juízo a quo quando do julgamento de improcedência dos pedidos, bem assim tendo sido expressa e amplamente abordada pela autarquia em sede de embargos de declaração. De tudo, resulta atendida a exigência de prequestionamento (STJ 211).

(...)

São, nos termos do artigo acima transcrito, premissas para a concessão do auxílio-acidente que:

1. tenha havido acidente de trabalho;
2. do acidente tenha resultado lesões;
3. tenha havido consolidação das lesões;
4. das lesões haja sequelas;
5. delas resulte perda ou redução da capacidade para o trabalho que o obreiro habitualmente exercia.

A redução da capacidade, talvez o requisito mais importante para a configuração do direito ao benefício em tela, conforme se infere do acima transcrito e explicado, deve ser comprovada; não presumida. E deve ser redução da capacidade para o trabalho (capacidade laborativa) e para o trabalho habitual, não mera redução da capacidade genérica.

Pois bem. No caso em tela, a perícia médica judicial asseverou que o recorrido possuiu uma restrição GENÉRICA na ordem de 18%. Contudo, esclareceu que o recorrido continua a trabalhar em sua atividade habitual de trabalhador rural sem restrições e que o acidente atingiu a mão esquerda, não dominante.

O perito judicial foi clarividente ao destacar que a atividade habitual do recorrido - trabalhador rural - pode ser exercida PLENAMENTE. Não há redução específica para a atividade habitual, nem, ao menos, necessidade de maior esforço para o exercício de sua atividade.

Tudo conforme fls. 55, verso, 56 e 56, verso do acórdão.

Ainda assim reconhecendo, a Câmara reformou a sentença de improcedência e julgou procedentes os pedidos.

À vista disso, a autarquia ainda opôs embargos de declaração, a fim de ver esclarecida qual era a redução da capacidade específica, já que o laudo pericial judicial transcrito no acórdão aponta claramente pela inexistência de tal redução. O acórdão, todavia, não acolheu os embargos, 'limitando-se a afirmar que não há omissão e que haveria

redução da capacidade laboral específica - sem especificar qual é ou de qual monta -.

Em síntese, portanto, O acórdão recorrido, partindo do equivocado pressuposto que redução da capacidade laborativa genérica [existência de uma sequela] equivale a redução da capacidade específica [para o labor habitual] afrontou a disposição legal do art. 86, caput, da lei 8.213/91.

Note-se que isto não se refere à prova, (a prova diz que não houve redução da capacidade laborativa), mas à interpretação dada pelos julgadores, no sentido de dois requisitos legais distintos serem tomados por um só, resumidos indevidamente nesta equação: qualquer sequela = redução da capacidade laborativa, mesmo quando não há qualquer impedimento/limitação/afetação ao labor habitual.

Não se trata aqui, portanto, de reexaminar a prova, mas de afastar a errônea interpretação da lei (desmentida mesmo pela prova, mas) que carece de fundamento independentemente da prova. Exatamente o que foi feito no Recurso Especial 1.109.591/SC, ocasião em que o Superior Tribunal de Justiça expressamente consignou que, além da lesão mínima, é necessária também a efetiva redução da capacidade laborativa. Assim:

(...)

Ora, da decisão do STJ se depreende que para a concessão do auxílio-acidente a redução da capacidade ESPECÍFICA há de ser presente. Não serve para a concessão do auxílio-acidente a possibilidade de futura redução da capacidade laborativa, posto que se estaria indenizando por evento futuro, incerto e previsível. Tampouco serve uma redução de capacidade sem qualquer reflexo no labor habitual.

(...)

Em que pese a clareza e ausência de qualquer dúvida no laudo pericial, restando expresso que no autor não apresenta diminuição da capacidade para o labor habitual, o E. Tribunal de Justiça decidiu pela concessão do benefício, ainda que não configurados os requisitos legalmente previstos.

O próprio acórdão por ora recorrido transcreve o art. 86 da Lei 8.213/91, e cita que deve ocorrer necessariamente a redução da capacidade laborativa para que o ofendido faça jus ao benefício de auxílio-acidente. E da mesma forma transcreve trechos do laudo pericial, conclusivos no sentido de não existir redução.

Repita-se que a discussão aqui apresentada não gravita em torno da matéria probatória, uma vez que esta é indiscutível e incontroversa: as provas produzidas nos autos dão conta de que não há redução da capacidade laborativa específica.

(...)

Não preenchido, portanto, um dos requisitos legais para o

deferimento do benefício = a comprovada e atual redução da capacidade para o trabalho habitual - a teor do art. 86, *caput*, da Lei 8.213/91, o acórdão guerreado afrontou a expressa disposição legal mencionada, contrariando-a" (fls. 303/308e).

Por fim, "quer o INSS ver reformada a decisão atacada, para o restabelecimento do império da lei federal invocada, indeferindo ao recorrido o benefício de auxílio-acidente" (fl. 308e).

Sem contrarrazões, o Recurso Especial foi inadmitido, na origem, advindo o presente Agravo.

Não foi apresentada contraminuta.

A irresignação não merece acolhimento.

O Tribunal de origem, para decidir a controvérsia dos autos deixou consignado, quanto à interpretação da lide, o seguinte:

"A pretensão do Apelante deduzida na petição inicial, visa o restabelecimento de auxílio-doença e/ou a concessão de aposentadoria por invalidez e/ou de auxílio-acidente, a partir da cessação do auxílio-doença por acidente do trabalho NB 539.230.603-5, concedido no período de 21.01.2010 a 05.04.2010, conforme comunicação de decisão acostada à pág. 27.

Consta da exordial e documentos acostados aos autos que o Apelante, que exercia atividade de trabalhador rural, sofreu acidente do trabalho em 05.01.2010, conforme Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) de págs. 17/18, ocasião em que, na '[...] preparação do pulverizador para aplicação na soja quando a máquina sugou a mão esq. Cortando o dedo do empregado [...]]' (pág. 17). A CAT comprova também que o narrado acidente ocasionou amputação da falange distal do 4º dedo da mão esquerda e fratura do 3º dedo, também da mão esquerda, com perda da unha.

(...)

De acordo com o caput do artigo 86, da Lei nº 8.213/91, 'o auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia'- destaquei.

Portanto, o auxílio-acidente é concedido quando o agente figurar na qualidade de segurado, e houver a consolidação de lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, que levaram à redução definitiva da sua capacidade laboral.

(...)

Assim, ao Magistrado, como destinatário da prova, cabe analisar as provas que sejam pertinentes para a formação de seu convencimento, nos termos do art. 131 do CPC/1973, do qual resulta o princípio do

livre convencimento motivado.

O Laudo Pericial de págs. 94/102, elaborado pelo Dr. José Antonio Rocco, CRM-PR 10.487, complementado pelo laudo de págs 131/132, apresenta a seguinte conclusão acerca da capacidade laboral do Apelado:

'[...] 1. Qual o percentual de redução da capacidade específica para a atividade de serviços gerais/trabalhador rural?

RESPOSTA: Em primeiro lugar, não há tabelas de perdas percentuais de capacidade para funções específicas.

Informou que continua trabalhando na mesma empresa e função que tinha antes do acidente, sem restrições (sic).

Devido ao fato de ter sido atingida a mão esquerda, não dominante, e exercer trabalhos braçais/pesados, onde destreza, habilidade e movimentos finos não são requeridos, termino concluindo que o autor encontra-se APTO para sua função de serviços gerais em fazenda, sem diminuição da capacidade laboral.

2. O autor necessita dispendar maior esforço para realização da mesma atividade?

RESPOSTA: NÃO. Vide fundamentação da resposta no quesito anterior

(...)

Em que pese a ausência de incapacidade laborativa decorrente de acidente de trabalho atestada pelo ilustre Perito por ocasião do laudo complementar (pág. 132), o laudo pericial de págs. 94/102 denota incongruência nas respostas aos quesitos formulados pelas partes, eis que, reiteradamente, afirma a redução da capacidade laboral genérica de 18%, senão vejamos:

(...)

Desse modo, o acidente implicou em redução permanente da capacidade laborativa do Apelante, porquanto houve '[...] amputação de parte do 4º dedo (1/3 médio da falange média) e anquilose da articulação interfalângica do 3º, que promovem no autor, INCAPACIDADE PARCIAL e DEFINITIVA para o trabalho [...]' (pág. 96), isso representando 18% de redução da capacidade laboral genérica, restando incontroversa a sequela que acomete o Apelante por meio do conjunto probatório produzido nos autos, dentre as quais registra-se as fotografias de págs. 103 e 104.

O nexo de causalidade restou incontroverso nos autos, porquanto robusta a produção probatória neste sentido, pela análise das seguintes provas: a) Comunicação de Acidente de Trabalho (págs. 17/18); b) Boletim de Ocorrência (págs. 19 e 24); c) Carta de Concessão do auxílio-doença por acidente de trabalho NB 539.230.603-5 (pág. 20); d) Comunicação de Decisão referente ao auxílio-doença por acidente de trabalho NB 539.230.603-5 (pág. 27); e) Laudo Médico Administrativo (pág. 67).

No que se refere à qualidade de segurado especial, não se vislumbra nos autos manifestação do Apelado sobre o tema. Entretanto, impõe-se breves considerações, a fim de evitar quaisquer indagações futuras.

(...)

Em que pese a alteração legislativa somente em 24.10.2013, a jurisprudência já se posicionava no sentido de conceder o auxílio-acidente ao trabalhador rural, sem a necessidade de prova das contribuições facultativas, diante da equiparação entre trabalhadores rurais e urbanos pela Constituição Federal de 1988.

(...)

No caso dos autos, o Apelante já se encontrava acometido de sequela redutora da capacidade laboral desde a data do acidente, ou seja, 05.01.2010 (pág. 67), quando se encontrava registrado como trabalhador rural desde 01.12.2009 (págs. 65 e 67), motivo pelo qual é detentor do direito de postular a concessão de auxílio-acidente.

Como já fundamentado, o auxílio-acidente é concedido quando o agente figurar na qualidade de segurado e houver a consolidação de lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, que levaram à redução definitiva da sua capacidade para o exercício do labor que vinha desenvolvendo, estando apto, contudo, para o exercício de outras atividades laborais.

Vê-se, pois, que o referido benefício se constitui em indenização mensal devida ao segurado (empregado, avulso ou segurado especial), quando consolidada a lesão proveniente de acidente de qualquer natureza. Nota-se que não há na legislação obrigatoriedade de que o segurado esteja incapacitado para o exercício da mesma atividade.

Ressalta-se que a lei, ao prever o benefício auxílio-acidente, estabelece apenas que o mesmo será devido quando se verificar a ocorrência de sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

Ainda que mínima a redução, repercute na capacidade de trabalho do Apelante, uma vez que se encontra acometido de redução de 18% da capacidade laboral genérica, com limitações decorrentes de sequelas irreversíveis de origem acidentária.

(...)

Diante disso, como o Apelante sofreu lesão de caráter parcial e permanente, apresentando sequelas e consequente redução de sua capacidade laboral, ainda que mínima, faz jus à concessão do auxílio-acidente.

Dessa forma, merece provimento a apelação para a concessão de auxílio-acidente ao Apelante, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do salário-de-benefício, nos termos do artigo 86, § 1º, da Lei nº 8.213/91 in verbis:

(...)

Outrossim, restou devidamente comprovado pelo laudo pericial que a redução da capacidade teve início a partir da data do acidente de trabalho, portanto, impõe-se a fixação do termo inicial do auxílio-acidente a partir do dia seguinte à data da cessação do auxílio-doença previdenciário NB 539.230.603-5 (05.04.2010 - pág. 27), ou seja, à partir de 06.04.2010, nos moldes do artigo 86, § 2º, da Lei nº 8.213/91" (fls. 254/266e).

Com relação ao pedido do recorrente de reconhecimento da inexistência da redução da capacidade laborativa, com o intuito de afastar o dever de pagamento de benefício acidentário, o recurso é inadmissível. A reforma demandaria nova incursão de fatos e provas coligidas nas instâncias ordinárias, com óbice no enunciado 7 da Súmula do STJ.

A propósito, confirmam-se:

"PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. INCIDÊNCIA DA LEI VIGENTE AO TEMPO EM QUE PREENCHIDOS OS REQUISITOS PARA O DEFERIMENTO DO BENEFÍCIO. PRINCÍPIO *TEMPUS REGIT ACTUM*. AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A LESÃO SOFRIDA E O TRABALHO EXERCIDO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. ART. 130 DO CPC/73 NÃO VIOLADO. DETERMINAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE PROVA. FACULDADE DO MAGISTRADO. FATO CONSTITUTIVO. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E IMPROVIDO.

I - Os requisitos necessários à concessão do benefício previdenciário serão aqueles previstos na legislação em vigor à época do infortúnio previsto, segundo o princípio do *tempus regit actum*. Precedentes: REsp 1037172/SP, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, julgado em 20/10/2011, DJe 1/2/2012 e REsp 1634484/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 15/12/2016, DJe 2/2/2017.

II - No caso dos autos, o infortúnio ocorreu em 1982, razão pela qual os requisitos para a obtenção do benefício estão elencados no art. 9º da Lei n. 6.371/76, dentre os quais exige-se que o acidente tenha decorrido de atividade laborativa.

III - Assim, havendo o Tribunal de origem, com base no acervo fático-probatório dos autos, entendido que não há prova nos autos suficientes para demonstrar o nexo causal entre a lesão sofrida pelo recorrente e o trabalho por ele exercido, a inversão do julgado implicaria, necessariamente, no reexame das provas carreadas aos autos, o que é vedado na instância especial ante o óbice do enunciado n. 7 da Súmula do STJ. Precedentes: REsp 1657350/SP,



Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 20/4/2017, DJe 5/5/2017 e AgRg no AREsp 784.396/SP, Rel. Ministra ASSUSETE Magalhães, Segunda Turma, julgado em 17/3/2016, DJe 29/3/2016.

IV - Quanto à alegada violação do art. 130 do CPC/73, é importante esclarecer que a atividade do juiz quando determina a produção de prova é subsidiária. Isto é, não pode o juiz suprir com sua atividade a omissão das partes, devendo atuar unicamente quando se sentir incapaz, pelas provas existentes, de proferir sentença e a lide não for solucionável pela regra do ônus da prova ou, ainda, se envolver direitos indispensáveis. Nesse sentido: AgRg no AREsp 332.296/RJ, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 5/11/2015, DJe 19/11/2015 e AgRg no AREsp 289.339/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 9/4/2013, DJe 15/4/2013.

V - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no AREsp 1.015.442/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/03/2018).

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONVERSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA EM AUXÍLIO-ACIDENTE. INEXISTÊNCIA DE PROVA DE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A DOENÇA DO AUTOR E A ATIVIDADE LABORAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ.

1. Nos termos do que decidido pelo Plenário do STJ, '[a]os recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça' (Enunciado Administrativo n. 2).

2. A Corte de origem, com base no laudo médico-pericial, constatou a inexistência do nexo de causalidade entre a doença que acomete o autor e o exercício das atividades por ele desenvolvidas. A revisão do que decidido impõe o reexame do contexto fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ. Nesse sentido, confirmam-se: AgRg no AREsp 273.026/ES, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 29/4/2016; AgRg no AREsp 386.429/SP, Rel. Min. Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 17/4/2015; AgRg no AREsp 673.959/SP, Rel. Min. Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 3/9/2015.

3. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg nos EDcl nos EDcl no AREsp 727.204/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES,

PRIMEIRA TURMA, DJe de 07/03/2017).

**Ad argumentandum tantum**, ainda que possível fosse ultrapassar o óbice supra, melhor sorte não assistiria ao recorrente.

Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, para a concessão de auxílio-acidente, é necessário que a sequela acarrete a diminuição da capacidade laborativa do segurado, sendo desinfluyente o grau do maior esforço necessário à consecução da atividade laboral.

Nesse sentido, destaco, por ilustrativos:

**"PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. AUXÍLIO-ACIDENTE. LESÃO MÍNIMA. DIREITO AO BENEFÍCIO.**

1. Conforme o disposto no art. 86, *caput*, da Lei 8.213/91, exige-se, para concessão do auxílio-acidente, a existência de lesão, decorrente de acidente do trabalho, que implique redução da capacidade para o labor habitualmente exercido.
2. O nível do dano e, em consequência, o grau do maior esforço, não interferem na concessão do benefício, o qual será devido ainda que mínima a lesão.
3. Recurso especial provido" (STJ, REsp 1.109.591/SC, Rel. Ministro CELSO LIMONGI (Desembargador Convocado do TJ/SP), TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 08/09/2010).

**"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. LAUDO PERICIAL. NÃO VINCULAÇÃO. LIVRE CONVENCIMENTO FUNDADO EM OUTROS MEIOS DE PROVA. POSSIBILIDADE. AUXÍLIO-ACIDENTE. LESÃO MÍNIMA. DIREITO AO BENEFÍCIO.**

1. O juiz não está adstrito às conclusões da perícia técnica, podendo se pautar em outros elementos de prova aptos à formação de seu livre convencimento, estando autorizado a concluir pela incapacidade laborativa fundado no conjunto probatório produzido nos autos e nas particularidades do caso concreto. Precedentes.
2. **O tema trazido nas razões de recurso especial já foi enfrentado pela Terceira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 1.109.591/SC, pelo rito estabelecido pelo art. 543-C do CPC, sendo consolidado o entendimento de que, para a concessão de auxílio-acidente, é necessário que a sequela acarrete a diminuição da capacidade laborativa do segurado, ainda que em grau mínimo.**
3. Ficou incontroverso que a lesão decorrente do acidente de trabalho sofrido pelo autor deixou sequelas que provocaram o decréscimo em sua capacidade laborativa. Assim, é de rigor a

**concessão do benefício de auxílio-acidente, independentemente do nível do dano e, via de consequência, do grau do maior esforço.**

4. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no AREsp 309.593/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/06/2013).

**"PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. REDUÇÃO DA CAPACIDADE AFERIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. BENEFÍCIO DEVIDO. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO JULGAMENTO DO RESP. 1109591/SC, PROCESSADO COMO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA.**

1. A norma legal estabelece que o auxílio-acidente será devido como indenização ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia (art. 86 da Lei n. 8.213, de 1991, com a redação dada pela Lei n. 9.528, de 1997).

2. No julgamento do Resp n. 1109591/SC, processado nos termos do art. 543-C do Código de Processo Civil, esta Corte firmou o entendimento no sentido de que o nível do dano e, em consequência, o grau do maior esforço, não interferem na concessão do benefício acidentário, bastando, para tanto, a comprovação de existência de lesão que implique a redução de capacidade.

3. Dentro do quadro fático-probatório delineado pela instância ordinária está atestada a redução da capacidade para o trabalho do autor, motivo pelo qual o segurado faz jus ao benefício acidentário.

4. Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no Ag 1.387.647/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 17/05/2011).

**"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. REQUISITOS. LESÃO E INCAPACIDADE LABORAL COMPROVADAS.**

1. O Superior Tribunal de Justiça formou compreensão segundo a qual: '(...) o nível do dano e, em consequência, o grau do maior esforço, não interferem na concessão do benefício, o qual será devido ainda que mínima a lesão.' (REsp 1.109.591/SC, Rel. Min. CELSO LIMONGI, Desembargador convocado do TJ/SP, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 8/9/2010).

2. Ademais, há de ser registrado que, no caso concreto, encontram-se demonstradas a perda funcional efetiva, bem como a redução da capacidade do segurado para o desempenho das

**mesmas funções.**

3. Agravo regimental a que se nega provimento (STJ, AgRg no Ag 1385831/SC, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe de 30/05/2012).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, conheço do Agravo, para não conhecer do Recurso Especial. Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora